

Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 32, n. 2, p. 87-106, maio-ago. 2019

O PORTUGUÊS NO CONTEXTO MULTILINGUE TIMORENSE – ENTRE FICAR E PARTIR

THE PORTUGUESE LANGUAGE IN THE TIMORESE MULTILINGUAL CONTEXT – BETWEEN STAYING AND LEAVING

*Lúcia Vidal Soares**

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Lisboa, Portugal

Resumo: Timor-Leste, jovem país do sudeste asiático que viu reconhecida a sua independência no início do séc. XXI, após 400 anos de colonialismo português e 24 anos de invasão indonésia, é um verdadeiro mosaico linguístico. Aí encontramos um “multilinguismo endógeno” (CAVALLI et al., 2009), fruto da deambulação e de miscigenações naquele espaço e um “multilinguismo exógeno” (Idem, 2009), resultado da abertura da sociedade à diversidade, mas também de interesses económicos vários e na sequência e como consequência de processos histórico-políticos. Atualmente, o português é uma das línguas cooficiais deste jovem país, depois de ter estado proibido durante o período da ocupação indonésia. Neste artigo abordamos as relações entre o português e as restantes línguas que circulam naquele território, quer do ponto de vista da política linguística, quer numa perspectiva mais pessoal, no âmbito das representações dos sujeitos. Para tal, recorreremos, em parte, ao estudo de Soares (2014), realizado a partir de dados recolhidos no terreno, em 2010, e a fontes escritas oficiais e não oficiais sobre as línguas em presença.

Palavras-chave: estudos lusófonos; Timor-Leste; política linguística.

Abstract: East-Timor, a young Southeast Asian country that was recognized by its independence at the beginning of the 21st century, after 400 years of Portuguese colonialism and 24 years of Indonesian invasion, is a true linguistic mosaic. This way, we find an “endogenous multilingualism” (CAVALLI et al., 2009), the result of ambulation and miscegenation in that space and an “exogenous multilingualism” (CAVALLI et al., 2009), as a result of the openness of society to diversity, as well as of the interests regarding various economic interests, and, in the sequence, as a consequence of historical-political processes. Currently, The Portuguese Language is one of the co-official languages of that young country after being banned during the Indonesian occupation. In this article, we discuss the relations between the Portuguese and other languages that circulate in that territory, both from the point of view of linguistic policy and from a more personal perspective, within the context of the subjects’ representations. For this purpose, we will use, partly, the study by Soares (2014), based on collected data in the area in 2010, as well as official and unofficial written sources regarding the languages in question.

Keywords: Lusophone Studies; East Timor; Language Policy.

* Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação – CIED, Lisboa, Portugal; luciasoares@gmail.com

Introdução

Timor-Leste é um jovem país do sudeste asiático, situado na parte oriental da ilha de Timor, cujo nome significa, em malaio, “oriental”. Este território atualmente denominado República Democrática de Timor-Leste, viu reconhecido a sua independência a 20 de maio de 2002, na sequência de um referendo, que ocorreu em agosto de 1999, após 24 anos de presença indonésia. De forma bastante sucinta, podemos utilizar as palavras de Brito (2010) para sintetizar o passado colonial e de subjugação desta Nação:

Historicamente o território foi colónia portuguesa desde o século XVI; esteve ocupado pelo Japão durante três anos, na altura da 2.^a Grande Guerra Mundial, e foi invadido pela Indonésia em 7 de dezembro de 1975, numa incursão que se prolongou até 1999. (p. 179)

1 Contexto multilíngue timorense

Timor foi espaço de confluência de vários povos, o que justifica em parte a grande diversidade de populações, línguas e culturas que aí encontramos. No que respeita às línguas, assunto sobre o qual nos debruçamos, o seu “multilinguismo endógeno” (CAVALLI et al, 2009) é constituído por um conjunto de 16 línguas autóctones (HULL, 2002) que fazem parte do seu património cultural, pertencentes a duas grandes famílias linguísticas: línguas papuas, trazidas por populações de origem melanésia ou papua, linguisticamente aparentadas com as populações da Nova Guiné, e línguas austronésias/austronésicas, malaio-polinésicas ou “timóricas”, na designação de Hull (2002), que os fluxos de povos austronésios ou malaio-polinésios, vindos da Ásia, “através da ilha Taiwan (Formosa) para as ilhas do sul, há 5500 anos, através do arquipélago filipino, Bornéu, Celebes e Molucas” (DURAND, 2010, p. 28) trouxeram até aqui. (Ver figuras 1 e 2).

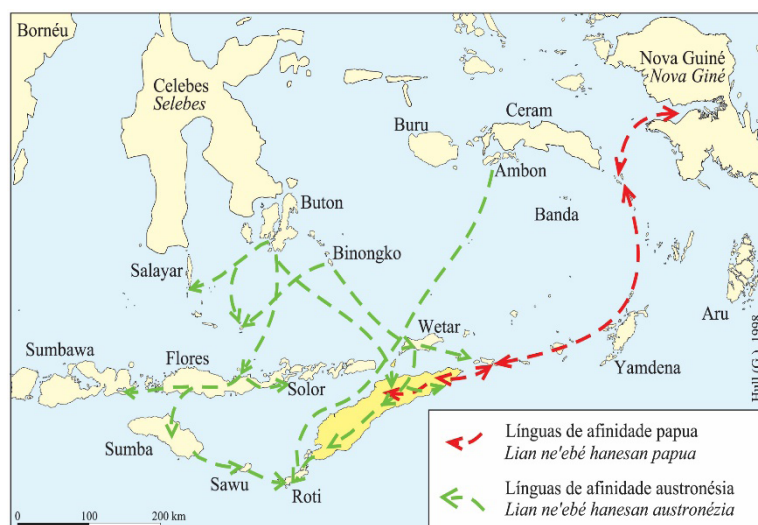


Fig. 1: Mapa dos Fluxos migratórios. Fonte: Durand (2010, p. 25).

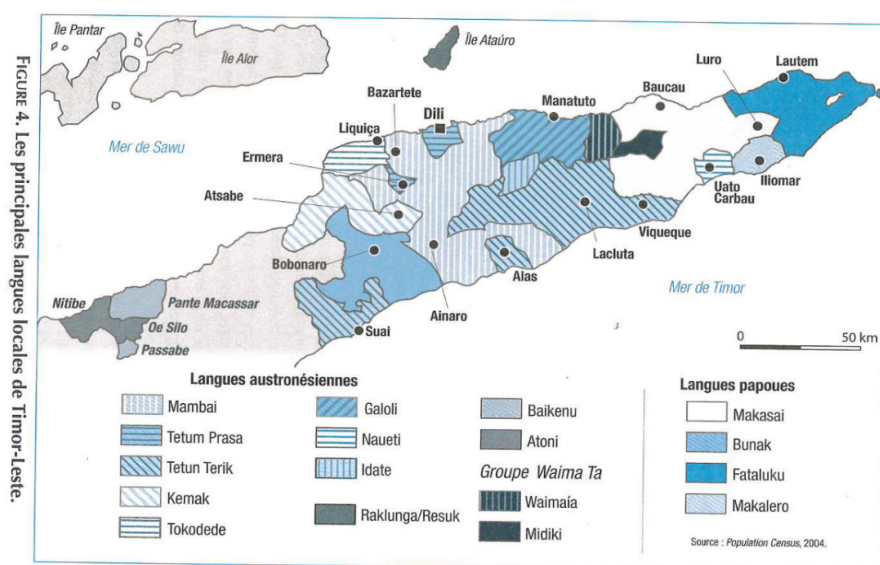


Fig. 2: Mapa das principais línguas de Timor-Leste. Fonte: Durand (2011, p. 18)

Além destas línguas autóctones de Timor-Leste, outras de introdução mais recente e fruto de dinâmicas históricas e mesmo no âmbito da globalização vêm compartilhar o território. Assim, aquilo que designaremos por “multilinguismo exógeno”, utilizando a designação de Cavalli et al, (2009) compõe-se de línguas exteriores àquele território, algumas delas usufruindo de estatuto, conferido pela própria Constituição (2002), como a seguir se refere. Deste modo, utilizando os

dados do Censur 2010, encontramos: (i) o português, língua cooficial e de escolarização, em parceria com o tétum, usada no dia-a-dia, sobretudo, pela comunidade lusófona ali presente e língua materna de 0,06% da população; (ii) o inglês, com o estatuto de “língua de trabalho”, atribuído pela Constituição timorense, e utilizada pela comunidade internacional, presente no território, sendo, língua materna de 0,07% da população; (iii) o malaio indonésio, usufruindo igualmente do estatuto de “língua de trabalho”, concedido pela Constituição, que permaneceu no território, depois de 1999, sendo língua materna de 0,26% da população; (iv) uma variedade do malaio, língua híbrida, mistura de tétum de Cupão, falado no outro lado da ilha, e malaio, utilizada pelos muçulmanos em Timor-Leste e hoje língua materna de 0,01% da população timorense, concentrada, preferencialmente, em Díli (Campo Alor); (v) o “chinês”, incluindo aqui o hakka, língua do sudeste da China, falado pela maior parte da população de origem chinesa em Timor-Leste, o mandarim, com um número muito reduzido de falantes e o cantonês, normalmente, utilizado pela população proveniente de Macau, os denominados “China-Macau”. Importa ainda referir, o castelhano/espanhol, que a cooperação com Cuba, no âmbito da saúde e da alfabetização tem vindo a fazer emergir naquele país e que não consta ainda daquele estudo. O coreano surge para aqueles que pretendem fazer um estágio profissional na Coreia do Sul, através de cursos promovidos pelo próprio governo coreano, mas também como uma das línguas oferecidas para aprendizagem no Ensino Superior.

São estas, pois, as línguas mais marcantes que caracterizam a paisagem sociolinguística timorense.

Considerando que o enfoque da nossa comunicação se dirige à presença da língua portuguesa neste contexto multilíngue, vamos, agora, abordar de forma mais detalhada o modo como o português se impôs, desapareceu e ressurgiu em Timor-Leste e refletir sobre as relações entre o português e as restantes línguas que circulam pelo território.

Para o efeito, basear-nos-emos no estudo de Soares (2014), cujo objetivo é “compreender, no contexto geopolítico de Timor-Leste, quais as representações, funções e estatutos das línguas que aí circulam e perceber a forma como a Escola gere essa pluralidade linguística” (2014, p. 27). O trabalho de campo para

esta investigação realizou-se, durante os meses de setembro e outubro de 2010, em Timor-Leste, principalmente, em Díli. Trata-se, pois, de um estudo qualitativo de cariz etnográfico que teve em conta a perspectiva de de Marrais (1998) ao considerar diferentes fontes de informação em função das abordagens metodológicas e de três grandes grupos de dados (“*Archival Knowing – people’s artifacts*”; “*Narrative Knowing – people’s stories*” e “*Observational Knowing – people’s behaviour*”) que integram aquilo que a autora designou por “*Ways of Knowing in Qualitative Research*”. A investigadora procedeu não só à recolha de documentos oficiais, mas também, a diversos materiais de carácter etnográfico, como escritos do quotidiano (como por exemplo jornais, revistas, convites, faturas) e material iconográfico (fotografias, gráficos e mapas). Recolheu ainda desenhos de alunos, biografias linguísticas (de alunos e de docentes) e realizou entrevistas a sujeitos com diferentes funções quer na sociedade timorense, quer em contexto escolar.

Os dados que agora apresentamos são retirados da referida investigação centrada nos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico.

2 Introdução, “adormecimento” e ressurgimento do português em Timor

A ilha de Timor tornou-se num território apetecível, talvez devido à existência de florestas de sândalo. Entre os povos que se deslocavam à sua orla marítima para comerciar, temos registos da presença de barcos chineses, no século XIII, assim como de barcos de Java e do Golfo Pérsico que visitavam aquelas paragens, sobretudo, a parte ocidental da ilha, o que indicia a presença muçulmana¹ naquela zona. No que respeita à influência malaia, ela provém, sobretudo, da parte ocidental da ilha, mas também pela via do comércio com mercadores de Java, Macassar e das Molucas (HULL, 2000).

Os portugueses também não ficaram imunes às potencialidades desta ilha. A partir do início do século XVI, foram-se estabelecendo os primeiros contatos linguísticos e culturais entre portugueses e timorenses, através de comerciantes portugueses

¹ Albuquerque refere haver registos em Timor que, no séc. XVII, “muçulmanos do reino de Macassar povoaram uma região de Manatuto, e alguns timorenses converteram-se ao islamismo, e lutaram contra os portugueses ao lado dos árabes” (2009, p. 87).

de cera, sândalo, mel e, eventualmente, de escravos (*apud* HULL, 2000), instalados no Oriente, por volta de 1515, e através da Igreja Católica, a quem competia supervisionar o comércio de sândalo com os chefes locais, inicialmente, a partir da ilha de Solor (1550), e que, em 1562, se instalará na ilha do sol nascente.

Portugal só enviou o 1º Governador no início do século XVIII (1702/3), a pedido dos padres dominicanos, receosos com a presença dos calvinistas holandeses do outro lado da ilha.

Em síntese, diremos que a colonização e os contatos linguísticos se foram fazendo por via do comércio e da missão da Igreja Católica, mas agora também através da presença simbólica do poder político português.

O governador tendo procedido a uma reestruturação política e militar, proporcionou que esta nova organização produzisse efeitos no âmbito linguístico. O português vai-se impregnando no território através das “companhias de moradores” e adquirindo o estatuto de língua administrativa, enquanto o tétum é a língua preferencial da missão, ainda que outras línguas, tais como o galóli e o baiqueno tenham servido para escrever catecismos, gramáticas e dicionários. Em breve, as ordens religiosas ocupar-se-ão da Educação, utilizando para o efeito o português, tal como a própria Igreja Católica o fará. Episódios de deportação farão também chegar a Timor não só portugueses europeus, mas também africanos e portugueses de etnia chinesa oriundos de Macau², território sob a alçada de Portugal até 1999. Ora, este grupo étnico já há muito mantinha contatos com Timor, através do comércio, como já referimos, razão que explica que o “chinês” perdure há longos anos como uma língua de comércio.

Esta situação política mantém-se até 7 de dezembro de 1975, data em que a Indonésia invade Timor-Leste. Até essa data, o português permaneceu no território apenas “como língua clerical, língua administrativa e de cultura” (BRITO, 2010, p. 183), incluindo, nesta última designação, a de língua de escolarização. Era a língua da elite política e religiosa, até 1975.

² Portugal obteve autorização de cedência deste território em 1557, ficando por esse motivo obrigado a pagar uma renda.

A partir daí, o uso do português foi proibido, tal como testemunham os padres jesuítas Felgueiras e Martins (2006), que viveram este período em Timor-Leste, numa carta particular³, datada de 30.04.1976:

[...] é bem clara a intenção de eliminar de Timor tudo o que é português; também certamente porque atualmente tudo o que é português fomenta o espírito de independência e de não à integração. Impuseram logo no primeiro dia da invasão, como língua única, a língua deles. (p. 245)

No entanto, vários testemunhos confirmam que o português foi também a língua da guerrilha e por esta implementada junto das populações. A proibição de utilização do português originou, mais tarde, uma cisão linguística na população timorense, sendo, normalmente os mais velhos falantes de português e os mais jovens falantes de malaio indonésio.

Quando, em maio de 1999, é assinado um acordo tripartido entre Portugal e a Indonésia e a ONU, dá-se início ao processo de libertação de Timor-Leste, uma vez que se previa a realização de um referendo sobre a eventual integração do território na Indonésia. Ainda que a violência tenha redobrado com o aparecimento das milícias, os timorenses, a 30 de agosto de 1999, optam pela independência e o caos instala-se, o período do “Setembro Negro”. Após um período de restauração da paz comandado pela Austrália, seguiu-se um outro de transição, entre outubro de 1999 e maio de 2002, constituindo-se uma força de manutenção de paz, a “United Nations Transitory Administration East Timor” (UNTAET), chefiada por Sérgio Vieira de Mello. A escolha de um brasileiro talvez não tinha sido casual, mas decorreu, provavelmente, pelo facto de Timor-Leste se apresentar já ligado ao mundo lusófono. Depois da celebração da independência, momento em que o país retoma a designação de 25 de novembro de 1975, ato simbólico para estabelecer desse modo a sua ligação ao passado, a UNTAET foi transformada em “United Nations Mission of Support in East Timor” (UNMISSET) até 2005, ambas sob o comando do Conselho de Segurança da ONU e cujo objetivo era constituir-se como força de manutenção da paz e de suporte ao desenvolvimento do jovem país.

³ Carta publicada pelos autores em *Nossas memórias de vida em Timor* (2006).

Após o Referendo e no decorrer do Congresso do Conselho Nacional da Resistência Timorense, em agosto de 2000, o português seria votado como língua oficial. Esta decisão aparecerá confirmada na Constituição em 2002, estabelecendo-a em seu artigo 13º, o tétum e o português como línguas oficiais, salvaguardando ainda o lugar das “restantes línguas nacionais, que além de valorizadas e desenvolvidas pelo Estado devem ser preservadas e protegidas” e no artigo 159º atribui o estatuto de línguas de trabalho da língua indonésia e inglesa, enquanto tal se mostrar necessário.

Já a Lei de Bases da Educação (Lei n. 14/2008 de 29 de outubro) além de estipular, no artigo 8º, o tétum e o português como línguas de ensino, vêm de certa forma confirmar os *curricula* escolares estabelecidos em 2005, para os dois primeiros ciclos do Ensino Básico.

Ora, tendo em conta as circunstâncias históricas, importa reconhecer que o português é uma língua com a qual a maioria dos alunos não está familiarizada, sendo remetida frequentemente, sobretudo, na Escola para a função da língua do escrito, por oposição à cultura timorense que é, fundamentalmente, de cariz oral.

Assim, durante vários anos, sobretudo, até final do governo de Mari Alkatiri (2006) foi desenvolvido um enorme esforço para fazer renascer a Língua Portuguesa em Timor – Leste. Este impulso ainda se fez sentir durante alguns anos, pelo menos, até 2008, ano em que é promulgada a Lei de Bases da Educação e são aprovados os manuais escolares para o 1º e 2º ciclos. Desde então, tem havido muita agitação, devido ao desejo de a Comissão Nacional de Educação com o apoio da UNICEF-Timor-Leste verem implementado o *Projeto Educação Multilíngue Baseada na Língua Materna*, que pretende iniciar a escolarização das crianças na sua língua materna. Este projeto apresenta uma ideologia e uma abordagem das políticas linguísticas educativas que colidem com as que se encontravam em vigor. Esta situação vai suscitar uma certa errância na política linguística educativa como o provam as notícias que dão conta da reação de deputados relativamente a dois diplomas, o 3/2015 referente à educação pré-escolar e o 4/2015 que pretende reorganizar os *curricula* do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, ambos aprovados pelo Governo timorense em junho de 2014, promulgados pelo chefe de Estado em 24 de novembro último e publicados no Jornal da República a 14 de janeiro de 2015.

De acordo com a agência noticiosa Lusa, numa notícia intitulada “Deputados querem cessar vigência de diplomas polêmicos sobre línguas em Timor-Leste”, divulgada a 17 de fevereiro de 2015, refere-se que “o Parlamento Nacional timorense admitiu [hoje] para debate um texto de Apreciação Parlamentar para cessar a vigência de dois polêmicos diplomas que colocam o português como língua principal apenas no 3.º ciclo.”

Argumentam os signatários da petição, de acordo com esta fonte, que os diplomas “colidem com as linhas orientadoras da política da língua preconizadas na Lei de Bases da Educação” (de 2008), uma vez que “as línguas de ensino do sistema educativo timorense são o tétum e o português”, de acordo com o já referido artigo 8º, “não havendo em nenhum momento qualquer referência a línguas maternas”.

Por outro lado, ainda que Timor-Leste tenha manifestado desde sempre a sua aproximação ao mundo lusófono, no sentido proposto por Brito (2010)

espaço simbólico linguístico e, sobretudo, *cultural* no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades linguísticas, que, no plano geosociopolítico, abarca os países que adoptam o português como língua materna e oficial (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – que constituem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – e Timor-Leste. (p. 177, itálico nosso)

Dada a sua situação geoestratégica, Timor-Leste insere-se na zona de influência da ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*) ou ANSEA (Associação das Nações do Sudeste Asiático). Esta contextualização geopolítica faz a Timor-Leste outro tipo de exigências, entre elas a utilização do inglês, língua de intercomunicação neste bloco. Talvez por esta razão, o governo timorense tenha manifestado, mais recentemente, um grande interesse em fazer parte da Commonwealth.

3 Relações entre o português e as restantes línguas em Timor-Leste

O conceito de Educação para Todos, proposto pela UNESCO (2001), preconiza que as medidas em educação levem em conta aquilo que caracteriza as sociedades atuais: a coabitação, a convivialidade, o contacto de línguas e culturas em contextos

sociais. Procuremos então, com base nos princípios inumerados de que modo o português se relaciona, atualmente, com as restantes línguas que circulam no território e os espaços que cada uma delas ocupa.

Para o efeito socorremo-nos, como já referimos, dos resultados apresentados por Soares (2014) com base na análise de biografias linguísticas distribuídas a alunos e a professores e das entrevistas feitas a diretores de Escola, a formadores de professores de língua portuguesa e a elementos da sociedade alargada.

3.1 Na escola – os estudantes

Os mais jovens aceitam a coabitação e a convivialidade de diferentes línguas no seu país, de acordo com as 120 biografias analisadas, apontando o tétum, o português e o malaio como as línguas que circulam em “todo o Timor”. Na sua perspectiva, o português impõe-se na Escola e na sociedade alargada, sobretudo, na Comunicação Social, com destaque, na televisão e na Administração Pública. Na rua, o português partilha também o seu espaço com o tétum e com o árabe, mas em menor escala do que o inglês e o malaio indonésio.

Em casa e nas redes periféricas da família, o tétum é a língua que mantém a supremacia ainda que possa aparecer sozinho ou associado a outras línguas nacionais, mas também a línguas não autóctones, como o português e o malaio indonésio. E embora alguns refiram que falam português em casa, a verdade é que apenas um aluno aponta a “casa” como espaço de contacto com o português, sendo menos referenciado do que os contextos “hospital”, “a praia” “o mercado” e a “igreja”, com duas referências cada um. Convém, no entanto referir que esta supremacia do tétum possa advir do facto de 51 dos 120 inquiridos serem naturais do distrito de Díli, onde esta língua predomina.

Ainda que, na escola, impere o português, os alunos também reconhecem o tétum e o inglês como as línguas que são usadas em sala de aula, no ensino secundário.

Já no que se refere à justificação para a escolha das línguas que gostariam de aprender (inglês, português, malaio indonésio, francês, entre outras), ela baseia-se, sobretudo, no seu peso político (poder político), relacionado com o seu estatuto, mas também nas suas articulações com o processo de ensino-aprendizagem. O

desejo de aprender português, expresso nas biografias linguísticas, é frequentemente reforçado pelas imagens dos desenhos, através da proximidade entre os dois povos. Só não sabemos até que ponto esse posicionamento é real ou decorrente de um discurso oficial que se vai, ou que se foi, entranhando.

Concluindo esta caracterização das línguas na e da Escola pelo olhar dos alunos, temos de reconhecer que, de entre as línguas autóctones, o tétum é aquela que surge com mais prestígio, sendo língua oficial do país e língua de instrução, ocorrendo quer em casa, quer na Escola, quer em sociedade. É a língua de unidade nacional. Em espaço familiar pode surgir associada a outra(s) língua(s), normalmente nacional(-ais), embora também a encontremos em parceria com o inglês, o malaio indonésio ou o português. As restantes línguas nacionais permanecem em casa e nas relações próximas ou, eventualmente, nas interações comerciais.

O português, por seu lado, é apontado pela maioria como a língua de escolarização. Os jovens justificam a sua escolha, argumentando com razões que se prendem com o peso político, mas também numa perspectiva da língua, enquanto objeto de ensino-aprendizagem e como instrumento de relações interpessoais e intergrupais, e ainda pelo seu carácter afetivo.

3.2 Na escola – Professores, diretores e formadores

Passando agora para um público mais adulto, constituído por professores (64), diretores (4) e formadores de os professores (3), há resultados que praticamente não se alteram. Assim, em casa, a língua que prevalece é, indiscutivelmente, o tétum. Importa, no entanto, mais uma vez, termos presente que o maior número de informantes se situa na cidade de Díli, pelo que os resultados obtidos não podem deixar de ser relacionados com esse facto.

No grupo constituído pelos 64 informantes, todos eles docentes, o tétum é a língua de comunicação entre o casal, ainda que, em segundo lugar, surja o português, apontado por cinco deles. Também há quem o faça em tétum e mambai ou tétum e português, mas em menor número. Com os filhos, estes professores interagem só em tétum ou tétum e português, explicando isso através da imagem que têm do poder da língua, leia-se estatuto oficial das línguas.

Quanto à transmissão das línguas aos descendentes, embora conscientes da diversidade linguística do país, da valorização do plurilinguismo e do valor identitário das línguas autóctones, a verdade é que estes docentes preferem ensinar o tétum ou o tétum e o português, eventualmente, o malaio indonésio, línguas que consideram úteis para o futuro dos filhos.

Os professores, que constituem este grupo informante, reconhecem que a Língua Portuguesa assume pelo menos 3 funções dentro da sala de aula:

1. ensinar a matéria das diferentes disciplinas;
2. ensinar a disciplina de Língua Portuguesa;
3. dar instruções.

Mas isso não invalida que o português não partilhe este espaço com o tétum ou outra língua nacional e o malaio indonésio. A língua portuguesa serve ainda para ler documentos oficiais e “fazer atas e outros documentos administrativos e pedagógicos”. Na sua perspectiva, o português desempenha uma função, sobretudo, cognitiva uma vez que pretende “ensinar a disciplina de Língua Portuguesa” e “ensinar a matéria das diferentes disciplinas”, surgindo assim como uma língua de escolarização.

Fora da sala de aula, mas, ainda em contexto escolar, na perspectiva destes docentes, o português utiliza-se para ler documentos oficiais (76,5%) e produzir documentos administrativos e pedagógicos. De acordo com os professores, as funções do português nas práticas linguísticas dos alunos restringem-se ao “estudar” e “fazer trabalhos escritos/orais” e quando interagem com o professor (45,3% considera que “sempre” e 35,9% pensa que “às vezes”). Também na ótica destes docentes, os alunos utilizam preferencialmente o tétum na sala de aula, podendo, eventualmente, utilizá-lo associado ao português ou às línguas nacionais ou então, utilizar o malaio indonésio.

Os docentes, embora confirmem usar o português, explicam que utilizam outra(s) língua(s) de recurso, com a função de mediar o processo de ensino/aprendizagem, ou ainda de facilitar a expressão oral, ou mesmo de aprofundar o conhecimento. Essa língua é preferencialmente o tétum ou o tétum e o português, ou o tétum e o malaio indonésio ou o tétum e uma língua nacional. Esta ocorrência

poderá ser explicada pelo facto de a formação profissional ser muito diversificada e ter ocorrido em épocas histórico-políticas diversas (no período da colonização portuguesa, no período da invasão indonésia e no tempo da independência), tendo a própria escolarização sido processada em português ou malaio indonésio, ou em ambas, associadas ou não ao tétum.

Na perspectiva dos professores, os alunos aprendem melhor quando se fala tétum, embora haja quem mencione o português e o tétum, e recorrem, em sala de aula, a outras línguas, além das oficiais, como o malaio indonésio ou a esta e ao tétum, em simultâneo. Fora da sala de aula, mas ainda na Escola, é ao português que se recorre para produzir documentos pessoais, pedagógicos e administrativos.

Constata-se, assim, que, ainda que a língua portuguesa esteja associada à Escola, o seu uso é diminuto quer nas vozes dos docentes, quer nas dos alunos, mas, sobretudo, nas destes últimos.

Em síntese, na voz dos docentes, o tétum é a língua que ocorre em contexto familiar e vida privada, mas também em contexto escolar e na comunidade em geral (transações comerciais, Serviços Públicos, interação social...). O português ocorre principalmente em contexto escolar, embora o possamos encontrar em contexto familiar e na vida privada e na sociedade em geral. O malaio indonésio é utilizado em contexto familiar (nas relações com familiares) e em contexto escolar e na sociedade em geral (comércio, comunicação social, lazer), assumindo, por vezes, uma função intergrupar e transnacional. Já o inglês é a “língua da rua” podendo ser encontrada na sociedade em geral. Finalmente, as línguas nacionais são utilizadas, sobretudo, em contexto familiar, frequentemente com os mais velhos, ou em comunidade restrita (“com pessoal de Maubara que moram na área onde moro”).

Em sociedade, estes professores convivem com o tétum na rua, com os amigos e conhecidos, mas de igual modo com “o tétum e o português”, “a língua portuguesa e o *bahasa*”, o tétum e uma outra língua nacional e o português. Já os alunos, nos seus contatos de rua optam pelo tétum. Os professores ouvem rádio preferencialmente em tétum e em português, mas também em malaio indonésio.

Já na perspectiva dos diretores e dos formadores, o malaio indonésio continua a marcar presença na Escola, dentro e fora da sala de aula, qualquer que seja o seu nível de ensino, estando a adquirir um estatuto que advém do facto de ser

atualmente objeto de ensino/aprendizagem no secundário. No entanto, há quem lhe atribua o estatuto de língua de escolarização, que decorre de duas condicionantes, uma relativa à formação dos docentes, que foram formados em malaio indonésio e, que agora a utilizam em sala de aula, e outra que se prende com a situação geográfica das escolas, “nas montanhas”, onde se leciona nessa língua, dadas as dificuldades em requalificar os docentes em todo o território.

O inglês, outra das línguas de trabalho, é uma “língua da rua” (DF), do contacto direto feito nos mercados, a língua das organizações internacionais e das ONGs, mas é também uma língua que permite o acesso a melhores condições de vida. Tem, pois, uma função de interação social e é objeto de ensino/aprendizagem, uma vez que os alunos aprendem esta língua não só na Escola, a partir do 3.º ciclo, mas também “nos cursos que eles querem seguir” (DB, 82), ou ainda nos vários cursos de inglês que as ONGs disponibilizam. É utilizado em paridade com o malaio indonésio, embora esteja mais afastado dos timorenses. É também uma das línguas que se aprende no Ensino Superior e nas escolas do 1.º e 2.º ciclos, como atividade extracurricular.

Os resultados das entrevistas, conjugados com os das biografias permitem-nos identificar em contexto escolar, no 1.º e nos 2.º ciclos, a coabitação e a convivialidade de: o português, o tétum, o malaio indonésio, as línguas nacionais e o inglês.

3.3 Na Sociedade alargada

Se compararmos, agora estes resultados com os obtidos em sociedade alargada constatamos que as línguas que encontrámos na Escola mantêm a sua visibilidade na sociedade, à exceção do coreano, do francês, do italiano e do japonês. O português é talvez aquela cujo peso, entre as línguas oficiais e de trabalho, mais se dilui fora do espaço escolar, embora se mantenha presente, sobretudo, no campo da justiça. Por outro lado, as línguas nacionais parecem ser mais pujantes na sociedade alargada do que na instituição escolar, o que se compreende pelo facto de não estarem normalizadas. Além disso, em contexto urbano estas línguas correm mais o risco de desaparecer do que em contexto rural.

Relativamente ao português, e reconhecendo-lhe uma certa invisibilidade social, um dos inquiridos, PF (180, 182) afirma que “o que noto é que há muitas, há muitos jovens com enorme vontade de aprender e vão aprendendo [português]. Eu tento falar com eles e eles tentam responder-me, tentam falar também português comigo” e conclui: “a mim parece-me que cada vez se fala mais, se entende mais o português. Parece-me” (Idem). Embora um outro entrevistado, CR, reforce este fulgor do português, esta situação de expansão e de implicação dos próprios aprendentes da língua não é facilmente perceptível, por observadores que não estejam durante um longo período no terreno. Por outro lado, essa convicção expressa por PF (180) não o impede de questionar: “O timor que escolha ou faça um novo referendo. E não sei se hoje fosse feito um referendo o que aconteceria, não é?” (SOARES, 2014, p. 418)

No entanto, recorrendo à recolha de materiais feita por Soares (2014), encontramos o português em convites, em programas, também em faturas, em publicidade, em sínteses de filmes. Note-se que muitos destes documentos são resultantes de ações financiadas por entidades portuguesas, embora tal situação nem sempre ocorra. Nos Correios de Timor-Leste, por exemplo, os impressos que estão redigidos em português e inglês e esse organismo pertence ao Estado.

O inglês surge como a língua das organizações internacionais, da publicidade, como língua da interação com estrangeiros. O seu conhecimento permite obter emprego ou melhores condições de vida, ou como afirma um dos formadores entrevistados, os sujeitos querem “inglês à pressa só para arranjamem «gasolinas»” (FA, 208), mas não só, porque como questiona PF (176) “Porque é que se fala tanto em inglês? Pois é. Ainda hoje, ontem, recebi um convite para um casamento todo em inglês.” Também um outro entrevistado, FS (270) aponta “o Ministério da Educação continua-me a enviar os convites em inglês (...) e [o Plano Estratégico] “[e] stá escrito em inglês. De base! É inadmissível...”⁴.

Já no que respeita ao malaio indonésio, ele está presente nos mais variados aspetos da vida timorense quer na interação com estrangeiros, quer com muita relevância na televisão e nos restantes meios de comunicação, quer nas relações

⁴ Citações retiradas de Soares (2014, p. 419)

comerciais, o que poderá justificar a existência de inúmeras faturas nesta língua, embora, por vezes, o seu preenchimento surja em português.

Verifica-se, pois, que as línguas não surgem isoladas, mas, frequentemente, em paridade umas com as outras, como é o caso das seguintes fotografias (ver figuras 3 e 4).



Fig. 3: Letreiro de um Centro Médico e Laboratório de análises



Fig. 4: Hotel chinês com restaurante

Na figura 4, encontramos a indicação de um laboratório de análises clínicas com o horário de atendimento em malaio indonésio, mas com o endereço em português, assim como os nomes dos médicos, o telefone e três dias da semana: “quarta, quinta e sábado” em português, e os dias de consulta (“loron pratika”) à “tersa e sesta” em tétum, ou o letreiro do restaurante em inglês e “chinês” (ver figura 5). Como constatamos, emergem também algumas línguas afastadas do espaço escolar como é o caso do “chinês”.

Além destas línguas, a “comunidade árabe”, que se deslocou para Timor-Leste, ainda antes até da 2.^a Guerra Mundial, também tem uma linguagem própria, uma língua híbrida, mistura do tétum de Cupão, o tétum falado no outro lado da Indonésia, e malaio, como refere a antigo reitor da UNTL. Quanto à situação do espanhol e do coreano, a sua situação já foi anteriormente abordada.

As línguas nacionais, como já mencionámos, relacionam o falante com o meio ambiente, com o seu passado, com os seus mortos, etc. Estas línguas desempenham uma função de religiosidade ou uma função sagrada, sobrevivendo, ao longo dos séculos, apenas na sua vertente oral.

Conclusão

Esta nossa reflexão sobre as relações entre o português e as restantes línguas que circulam em Timor-Leste leva-nos a concluir que quer as línguas endógenas, quer as línguas exógenas coabitam naquele território. Embora a língua portuguesa surja com diferentes funções nestes dois contextos, ela mantém uma relação de convivialidade com as restantes línguas que circulam naquele espaço multilíngue e uma relação de paridade ao nível não só do estatuto, como das funções. Assim, as línguas oficiais, nacionais e de trabalho manifestam todas elas funções de interação social/transnacional, enquanto a Escola exclui das línguas nacionais uma função cognitiva que atribui às restantes. Focando-nos agora no português é-lhe reconhecido quer na sociedade em geral, quer na Escola além das funções já mencionadas uma função (geo)estratégica, identitária e de poder, em paridade ou não com outras línguas. Podemos, pois, sintetizar da seguinte forma (ver tabela 1).

Língua	Função								
	Coesão Social	Cognitiva	Auxiliar pedagógico	Identitária	Estratégica	Interação Social	Religiosa/Sagrada	Unidade Nacional	Língua de poder
Português	E	E/S	-----	E/S	S	E/S	S	S	E/S
Tétum	E/S	E/S	...	E/S	...	E/S	E	E/S	...
Línguas nacionais	E	...	E	E/S	...	E/S	E
Malaio Indonésio	...	E	S	E/S	S
Inglês	...	E	S	E/S

Tabela 1: Funções do português na Escola (E) e em sociedade alargada (S)

Retomando, por último, a questão subjacente ao título do nosso texto, ainda que a língua portuguesa esteja em Timor-Leste, será que ela aí vai permanecer?

Se para explicar a sua presença, Alkatiri (2008) dizia:

[...] decorre de vários fatores: um peso simbólico pelo facto de ter sido a língua utilizada pela “guerrilha”; um peso identitário, pelo seu passado no território; um peso afetivo, decorrente da sua ligação ao catolicismo e, finalmente, um peso geoestratégico: confinado a um pequeno espaço entre a Indonésia e a Austrália, Timor-Leste escolheu a língua do antigo colonizador, como instrumento de diferenciação e de pertença a um outro bloco político-econômico/geopolítico, a CPLP. (p. 69).

Para a sua permanência neste território, ela está dependente de vários fatores (geoestratégicos, económicos e políticos) que só aos timorenses cabe gerir.

Não tendo poderes divinatorios, sigamos o conselho de PF: “O timor que escolha ou faça um novo referendo”.

Referências

DEPUTADOS querem cessar vigência de diplomas polêmicos sobre línguas em Timor-Leste. *SAPO*, 2015. Disponível em: <https://www.sapo.pt/noticias/deputados-querem-cessar-vigencia-de-diplomas-_54e2a72b18c1025b2a4b2c06>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ALBUQUERQUE, D. B. Pré-história, história e contatos lingüísticos em Timor Leste. *Domínios de Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 75-93, 2 fev. 2011.

ALKATIRI, M. A identidade do povo de Timor-Leste e a Língua Portuguesa. In: *Discurso Proferida no II Congresso da Educação de Timor Leste*. 2008.

BRITO, R. H. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, v. 1, n. 48, p. 176-194, jun./dez. 2010. Disponível em: <<http://svartalfar.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/55/50>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

CAVALLI, M. et al. *L'éducation plurilingue et interculturelle comme projet*. Strasbourg: Conseil de l'Europe, Division des politiques linguistiques, 2009. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/LE_texts_Source/EducPlurInter-Droit_fr.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

TIMOR-LESTE. Lei n. °14/2008, de 29 de outubro – Lei de Bases da Educação. In: _____. *Jornal da República*, 2008. Disponível em: <<http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=1453>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

_____. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. 2004. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf>. Acesso em: 4 out. 2009.

_____. Decreto-Lei n. 3/2015, de 14 de janeiro. Aprova o Currículo Nacional de Base da Educação Pré-escolar. In: TIMOR-LESTE. *Jornal da República*, 2015. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2015/serie_1/SERIE_I_NO_2.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 4/2015, de 14 de janeiro. Aprova o Currículo Nacional de Base do Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico. In: TIMOR-LESTE. *Jornal da República*, 2015. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2015/serie_1/SERIE_I_NO_2.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

DE MARRAIS, K. B. (ed.). *Inside Stories: Qualitative Research Reflections*. London/Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

DURAND, F. *Timor-Leste – País no Cruzamento da Ásia e do Pacífico. Um Atlas Histórico-Geográfico*. Lisboa: Lidel, 2010.

_____. *Timor-Leste, Premier État du 3 ème Millénaire*. Paris: Éditions Belin, 2011.

FELGUEIRAS, J.; MARTINS, J. A. *Nossas memórias de vida em Timor*. Braga: Editorial AO, 2006.

HULL, G. *The Languages of East Timor – Some Basic Facts*. Díli: Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, 2002. Disponível em: <http://www.portphillip.vic.gov.au/default/CommunityGovernanceDocuments/The_Languages_of_East_Timor_Some_Basic_Facts.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Current language issues in East Timor. In: S. A. Silva (org.), *Project for the Protection and Promotion of East Timorese Languages*, 2000. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20080117084543/http://www.asianlang.mq.edu.au/INL/speech1.html>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

LOUREIRO, R. M. Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII. *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, v. 1, n. 14, p. 93-104, 2001.

SOARES, L. *Línguas em Timor-Leste: que gestão escolar do plurilinguismo?* 2014. 579 f. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)-Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Lisboa.

Recebido: 15/02/2019.

Aprovado: 11/06/2019.